


Assunto: Aprovado bônus por desempenho no TJPE	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CAPA	Seção/Repórter:
Página: 1	Data: 04/06/2014

jornal do  commercio

Assembleia

Bônus por desempenho no TJPE aprovado por deputados em 1ª discussão.  página 6

Assunto: TJPE terá bônus de desempenho	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: POLÍTICA	Seção/Repórter:
Página: 6	Data: 04/06/2014

jornal do  **commercio**

TJPE terá bônus por desempenho

LEGISLATIVO O pagamento ocorrerá já no primeiro semestre. A aprovação, embora fora do período eleitoral, não fere a lei, que não atinge o Judiciário e o TCE

Ayrton Maciel
amaciel@jc.com.br

A Assembleia Legislativa aprovou, ontem, em primeira discussão, projeto do Poder do Judiciário que cria, para os quadros de servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), a gratificação a título de Bônus de Desempenho Jurisdicional (BDJ), premiação anual por resultados, em função de desempenho e alcance de metas. O PL (nº 1977/2014) foi encaminhado pelo presidente do TJPE, desembargador Frederico de Almeida Neves, em 28 de abril, após o prazo eleitoral - 4 de abril - para apresentação de reajustes e benefícios financeiros. A ALEP ressalva, porém, que a legislação permite aumentos salariais para o Judiciário e o Tribunal de Contas (TCE), uma vez que não há eleição para a



PLENÁRIO Aprovação do PL aconteceu em 1ª votação

ocupação dos cargos nas duas instituições.

A premiação a funcionários efetivos e comissionados da área fim do TJPE com um bônus anual - no valor que pode corresponder até 100% da remuneração mensal do beneficiário - está vinculada, segundo o projeto de lei aprovado pelos deputados, ao cumprimento de

metas previamente definidas em regulamento do próprio TJPE. O bônus será pago no primeiro semestre do ano, baseado nos resultados obtidos no ano anterior. Na justificativa, o presidente do TJPE revela que o projeto de premiação está inspirado na iniciativa privada. "O setor privado há tempo premia o desempenho vinculado a re-

sultados. A meritocracia na seara das corporações privadas está focada, no mais das vezes, na obtenção de resultados para a organização", explica.

No artigo 2º do projeto, o Tribunal estabelece que resultados vão ser aferidos "por indicador global, definido para medir o desempenho de todo o Poder Judiciário estadual, e/ou por indicadores específicos, destinados à medição do desempenho de uma ou mais unidades jurisdicionais". O bônus, entretanto, será proporcional ao "tempo de efetivo exercício do servidor na unidade premiada" durante o ano avaliado e tem caráter eventual, não integrando nem se incorporando aos vencimentos, proventos ou pensões, e não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária ou benefício, não incidindo sobre a mesma os descontos previdenciários.

Clemilson Campos/JC Imagem

Assunto: Mandado de prisão temporária – 1ª Vara do Tribunal do Júri de Jaboatão	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: JC URGENTE	Seção/Repórter:
Página: 8	Data: 04/06/2014

jornal do  commercio

Assassinado por inveja

PRISÃO Cirurgião e o filho são acusados de envolvimento na morte do médico paraibano Artur Eugênio, dia 12 de maio

O cirurgião Cláudio Amaro Gomes, 57 anos, e o filho, o bacharel em direito Cláudio Amaro Gomes Júnior, 32, foram presos no fim da tarde de ontem suspeitos de envolvimento no assassinato do médico paraibano Artur Eugênio de Azevedo Pereira, 35, dia 12 do mês passado. Desavenças profissionais entre a vítima e o colega de profissão podem ter motivado o crime. O corpo de Artur foi encontrado no bairro de Comporta, Jaboatão dos Guararapes, no Grande Recife e seu carro foi queimado na Guabiraba, na capital pernambucana.

Os dois foram indiciados por sequestro, homicídio duplamente qualificado (sem chance de defesa e com promessa de pagamento) e roubo. O filho do médico também foi autuado em flagrante por porte ilegal de arma, pois um revólver calibre 38 e seis munições foram encontrados em seu carro no momento da prisão. Ele já havia respondido processo por porte de arma em 1997, quando ainda era menor de idade, no Rio de Janeiro, mas não chegou a ser apreendido. Outros dois homens são suspeitos de participação no crime, mas ainda não há mandado de prisão expedido contra eles. Segundo a polícia, a vítima foi abordada em frente ao prédio onde morava, em Boa Viagem, Zona Sul do Recife, após voltar de uma visita a um paciente na noite do dia 12, no Hospital Português, no bairro do Paissandu. O corpo foi achado com quatro marcas de balas e sem documentos.

O delegado Guilherme Caracciolo, responsável pelas investigações, solicitou a prisão dos acusados após informações sobre os suspeitos terem se espalhado pelo aplicativo Whatsapp no último fim de semana. “Fiz o pedido para resguardar pai e filho, pois, com os boatos circulando na internet, eles poderiam sofrer algum tipo de atentado”, disse o delegado. O mandado de prisão temporária foi expedido pela juíza Maria Inês de Albuquerque, da 1ª Vara Criminal do Tribunal do Júri de Jaboatão.

A defesa sustenta que eles são inocentes. “Doutor Cláudio é um médico muito respeitado e não cometeu crime algum. Tanto ele quanto seu filho foram presos temporariamente, para que a polícia apresente provas da participação deles no crime, o que não aconteceu até o momento. Ainda não tive acesso ao inquérito, que já foi encaminhado à Justiça. Não posso fazer a defesa se não sei quais as acusações, mas garanto que tudo isso não passa de um equívoco”, explicou o advogado Altamiro Fontes, que integra a equipe responsável pela defesa da dupla.

Guilherme Caracciolo não forneceu mais informações a respeito das provas coletadas pela polícia. De acordo com o delegado, repassar esses dados agora atrapalharia as investigações. “Temos provas técnicas da participação de Cláudio Amaro como mentor do assassinato e de seu filho como participante da execução. Após concluir as investigações todos esses dados serão divulgados”, afirmou. Ainda segundo o delegado, Cláudio Amaro Gomes Júnior estava no carro que abordou Artur perto do prédio em que morava. O revólver encontrado no veículo do bacharel passará por perícia para determinar se esta foi a arma utilizada para executar o médico.

“Os dois presos ficaram calados durante a coleta dos depoimentos. Quando identificarmos os outros dois suspeitos poderemos concluir o inquérito e isso deve acontecer nos próximos dias. Caso sejam condenados por todas as acusações, pai e filho podem receber penas superiores a 40 anos”, concluiu Caracciolo.

Artur era um profissional admirado pelos colegas e pacientes. Ele trabalhou no Hospital das Clínicas (HC), da UFPE, chefiado por Cláudio Amaro Gomes. A nomeação de Cláudio diretor técnico do hospital teria sido por indicação do reitor e não teria passado pelo diretor-superintendente, Frederico Jorge.

Médicos afirmaram que Cláudio não dividia corretamente os honorários médicos das cirurgias e, por isso, Artur teria deixado a equipe dele. Segundo funcionários da área, após a chegada de Artur ao HC, muitos problemas começaram a ser resolvidos.

Colegas de Artur contam que, ainda em estágio probatório, ele precisava da aprovação de Cláudio para seguir trabalhando no HC. Cláudio teria dado nota baixa a Artur, que por causa disso poderia ser exonerado. Inconformado, ele contestou a nota na Justiça e entrou com um processo contra Cláudio.

Cláudio trabalhava como cirurgião cardíaco há dez anos, mas teria mudado de ramo – para cirurgia torácica – por não ter se destacado na área. Entre os colegas, é apontado por sua vaidade. Em 2010, atendeu o então presidente Lula, internado por hipertensão, durante passagem pelo Recife.

Assunto: Cais José Estelita	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CIDADES	Seção/Repórter:
Página: 3	Data: 04/06/2014

jornal do  **commercio**

Abertura para negociação

NOVO RECIFE Prefeito suspende alvará de demolição de galpões e convida a sociedade civil, instituições e consórcio para dialogar

Pressionada por integrantes do movimento Ocupe Estelita, ao longo de 14 dias, a Prefeitura do Recife (PCR) convocou para amanhã uma reunião com representantes do consórcio Novo Recife e instituições para tentar abrir um canal de negociação sobre o empreendimento, que prevê a construção de 12 edifícios no Cais José Estelita, bairro de São José, área central da capital. Esse encontro servirá para aferir o interesse das construtoras em rever alguns pontos do projeto imobiliário e propor o entendimento entre as partes. Em paralelo, o prefeito Geraldo Julio suspendeu ontem o alvará para demolição dos galpões existentes no local, já embargada pela Justiça estadual desde 22 de maio.

O consórcio Novo Recife considerou que, caso seja convidado pelo Executivo municipal, tem o desejo de participar da discussão. Em relação à suspensão do alvará de demolição, o consórcio ressaltou que "acredita na ordem jurídica vigente e no respeito ao seu cumprimento" e que vai esperar a notificação oficial.

O prefeito Geraldo Julio comunicou a decisão após reunir-se com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE), do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e do Observatório do Recife, além de membros dos movimentos Direitos Urbanos e Ocupe Estelita. Essas entidades, mais integrantes do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (Cendhec) e do Fórum Estadual de Reforma Urbana (Feru), foram convidadas para tentar abrir um canal de diálogo com representantes do consórcio Novo Recife na quinta-feira.

Na sexta-feira, a prefeitura ouvirá as mesmas instituições e membros dos Ministérios Públicos de Pernambuco e Federal. Integrantes dos Direitos Urbanos e do Ocupe Estelita não participarão desses dois encontros.

Para o prefeito Geraldo Julio, o intuito de convocar a reunião com o consórcio e instituições é abrir um diálogo para negociar a ocupação do terreno. "O Recife tem um histórico de ausência de planejamento urbano e não é isso que desejamos. Temos o interesse de fazer um processo de planejamento que permita que o desenvolvimento da cidade, daqui para frente, seja melhor do que o registrado nas últimas décadas", comentou.

Sobre a suspensão do alvará de demolição, Geraldo Julio afirmou ter tomado a iniciativa por "ouvir" e "dialogar" com a sociedade. O gestor municipal não revelou por quanto

tempo a medida terá validade. A advogada Liana Cirne Lins, do movimento Direitos Urbanos e Ocupe Estelita, acredita que o prazo de validade corresponda ao tempo de negociação em torno do projeto.

"É uma medida típica de rodada de negociação. Isso denota o intuito de negociar do prefeito", apontou Liana Cirne Lins. "É consenso que se quer um projeto para a área do cais. Todas as instituições demonstraram saber que há muitas outras alternativas para serem discutidas, que exploram melhorar o local", completou.

A arquiteta e também integrante dos movimentos Direitos Urbanos e Ocupe Estelita Cristina Gouveia classificou como satisfatório o resultado da reunião de ontem. "Foi aberta a possibilidade de renegociação do projeto Novo Recife e isso com o aval de todas as instituições presentes. Todas elas indicando que isso é algo necessário e urgente para a cidade", avaliou. Ela assegurou que a ocupação do terreno do Cais José Estelita vai continuar.

Grupo vai manter ocupação de terreno no bairro de São José, mesmo após abertura das discussões

"Essa negociação tem implicações práticas importantes porque torna o projeto passível de discussão pública e de rever atos que foram tomados desde o início do processo até agora", acrescentou Cristina Gouveia.

O reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Anísio Brasileiro, afirmou que o atual momento é uma oportunidade para a cidade retomar o processo de replanejamento urbano. "Temos que pensar o Recife integrado com os demais municípios. O papel da universidade é contribuir com o fórum de debates para a formulação de ideias e projetos que beneficiem a população, a quem, em última instância, devemos todo o nosso trabalho", observou.

Para o presidente do CAU, Roberto Montezuma, a decisão possibilita reavaliar o projeto imobiliário. "Na discussão, foi verificado que é possível abrir o pacto. Por isso, as instituições estão aqui para ver as possibilidades futuras. As ações futuras vão ser articuladas nas próximas reuniões", assegurou.

Caminho político é saída para a PCR

Especialistas em direito ouvidos pelo **Jornal do Comércio** avaliam que a melhor estratégia de ação da prefeitura, diante do impasse criado em torno do Projeto Novo Recife, é negociar uma saída política. Do ponto de vista jurídico, a prefeitura só poderia anular a autorização dada ao projeto, caso reconhecesse que houve irregularidade ou ilegalidade na análise do empreendimento nos dois colegiados responsáveis pela aprovação do processo.

O projeto recebeu o aval da Comissão de Controle Urbanístico (CCU) e do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) da capital, em 2012. De acordo com os movimentos contrários ao Projeto Novo Recife, essa aprovação se deu de forma irregular, porque não teriam sido cumpridas todas as exigências previstas na lei.

“Se a prefeitura acatar esse entendimento, ela terá que fazer a defesa jurídica e comprovar a ocorrência dessas irregularidades, porque o consórcio certamente entraria com um recurso na Justiça contra essa decisão administrativa”, afirmou um advogado e professor de direito ouvido pela reporta-

gem, que pediu para o nome não ser divulgado.

Ele acredita que a decisão do prefeito Geraldo Julio de suspender, ontem, o alvará de demolição pode ter sido um caminho encontrado pela prefeitura justamente para ganhar tempo nessa negociação política. “Como há ações judiciais pendentes, o prefeito pode alegar que suspendeu a demolição por cautela, já que a derrubada dos galpões causaria um dano irreparável à área em disputa”, argumentou o professor.

Na avaliação de outro advogado consultado pelo **JC**, que também pediu anonimato, entre as ações que estão tramitando na Justiça contra o projeto, a decisão mais importante é a que questiona a legalidade do leilão. “Porque é essa quem vai definir a posse do terreno. Se a Justiça considerar nulo o leilão, a área volta para a União e o consórcio perde o direito sobre o terreno. Caso a decisão seja em favor das empresas, a cidade só terá direito ao uso público do imóvel se o município indenizar o consórcio”, explicou o advogado.

Comunidades pedem voz



DEFESA Líderes comunitários (alto) a favor do Novo Recife também vão se reunir com o prefeito. Nas imagens acima, reprodução do projeto, que prevê a construção de um parque linear e a derrubada do Viaduto Cinco Pontas

No mesmo encontro que reuniu representantes da Prefeitura do Recife, de instituições e de movimentos sociais para rediscutir o projeto Novo Recife, lideranças comunitárias dos bairros do Pina, da Ilha Joana Bezerra (Coque) e da Cabanga tentaram, ontem, participar da reunião. Contudo, eles não tiveram acesso ao encontro. Segundo afirmaram, uma conversa com o prefeito Geraldo Julio está agendada ainda para esta semana. O grupo é a favor do empreendimento.

Para Aldemar Severino Carneiro, 49 anos, o Novo Recife vai melhorar o saneamento básico e revitalizar a região do Coque. Além disso, ressalta ele, haverá geração de emprego e renda para os moradores da região. "Moro há 20 anos no Coque e nunca fizemos nada por nós. Essa é a nossa chance de mudar a realidade", observou Aldemar.

José Fernando Ferreira da Silva, 53 anos, líder comunitário do Pina, argumenta que a área do Cais José Estelita está abandonado há anos e que é contra a ociosidade do local.

"Defendo um projeto estruturador. Pouco importa se vem da iniciativa privada ou do poder público. O que não dá é para deixar o local como está, abrigando a marginalidade, tráfico de drogas e prostituição", apontou.

O empreendimento Novo Recife compreende a criação de cinco polos (residencial, empresarial, hoteleiro, cultural e de serviços) numa área de 101,7 mil metros quadrados ao longo do Cais José Estelita. O investimento é de R\$ 800 milhões e é prevista a geração de seis mil empregos diretos durante as obras e de dois mil após a conclusão.

Inicialmente, o Novo Recife previa R\$ 32 milhões em ações mitigadoras (medidas compensatórias), mas o valor passou por uma revisão feita pela PCR e o total subiu para R\$ 62,7 milhões. Entre elas, estão a criação de um parque linear, com 90 mil metros quadrados, biblioteca pública e seis quadras poliesportivas e restauração da Igreja de São José.

Assunto: PCR suspende alvará de demolição – a reintegração de posse não foi discutida	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: CAPA	Seção/Repórter:
Página: A1	Data: 04/06/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

estelita

PCR suspende alvará de demolição

A decisão foi anunciada ontem pelo prefeito Geraldo Julio durante uma reunião com representantes da sociedade civil sobre o Projeto Novo Recife. A reintegração de posse não foi discutida durante o encontro. LOCAL A8

Assunto: PCR suspende alvará de demolição – a reintegração de posse não foi discutida	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: LOCAL	Seção/Repórter:
Página: A8	Data: 04/06/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Prefeitura suspende demolição no cais

Decisão foi anunciada pelo prefeito do Recife, Geraldo Julio, durante reunião com representantes de oito entidades da sociedade civil

A Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) suspendeu, ontem, o alvará de demolição de três armazéns do Cais José Estelita, do antigo Instituto de Açúcar e do Alcool, onde estão previstas a construção das obras mitigadoras do Projeto Novo Recife. O anúncio foi feito pelo prefeito Geraldo Julio (PSB), no início de uma reunião convocada pelo próprio executivo municipal com entidades da sociedade civil e movimentos sociais. A suspensão ocorreu 13 dias depois da PCR ter autorizado a demolição dos armazéns.

Participaram representantes da Universidade Federal de Pernambuco, da Universidade Católica de Pernambuco da OAB, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), do Instituto de Arquitetos do Brasil e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, além de integrantes do Observatório do Recife e do movimento Ocupa Estelita. A reintegração de posse, concedida pelo Tribunal de Justiça ao Consórcio Novo Recife, não foi pauta do encontro. Os manifestantes, que ocupam a área



Obra de demolição foi interrompida após ocupação

desde 21 de maio, pretendem seguir com a ocupação, inclusive programando culturais para o próximo domingo.

Também acontecerão novas reuniões amanhã, com participação de integrantes do consórcio, Fórum Estadual de Reforma Urbana (Feru) e Centro Dom Helder Camara (Cen-dhec). Na sexta-feira, o encon-

NOVAS REUNIÕES SERÃO FEITAS AMANHÃ E NA SEXTA COM O NOVO RECIFE E MPF

tro da PCR é com o Ministério Público Federal e Estadual.

"Tiramos o encaminhamento do que devemos fazer para priorizar o diálogo com os envolvidos. Ficou clara a nossa capacidade de diálogo, a forma democrática como conduzimos a cidade e o compromisso que temos com o futuro de um Recife que a

gente quer que se torne melhor para se viver", pontuou o prefeito, em entrevista depois da reunião.

O presidente do CAU, Roberto Montezuma, destacou a necessidade de se pensar "a cidade sob a ótica urbanística de espaço para todos". Para o reitor da UFPE, Anísio Brasileiro, "o papel da universidade é de contribuir, através das ideias, para um processo de construção negociada entre os atores e as propostas que sejam as melhores para a cidade."

Após as reuniões de amanhã e sexta-feira, uma nova mesa de negociação será montada com todos os envolvidos. "Finalmente foi aberta a possibilidade de revisão do projeto com aval de todas as instituições. Vamos poder rever o que vai acontecer no lugar, tanto quanto rever atos que foram tomados desde o começo do processo", afirmou a arquiteta Cristina Gouveia, do Direitos Urbanos.

Consórcio aberto ao diálogo

O Consórcio Novo Recife afirmou, em nota, estar sempre aberto ao diálogo. Adiantou que “cumprir, como cumprirá, os requisitos legais para a continuidade da obra”. O Novo Recife ressaltou também “que acredita na ordem jurídica vigente e no respeito ao seu cumprimento”.

Quanto à decisão da suspensão do alvará, o consórcio afirmou que vai esperar a notificação. “O consórcio acredita que a obra é impor-

tante para a cidade e durante a construção do empreendimento vai gerar cerca de 24 mil empregos (...), além de dois mil fixos com a obra”.

Orçado em R\$ 800 milhões, o projeto Novo Recife compreende um complexo com cinco polos (turismo, serviços, residencial, lazer e hotelero). O terreno de 101,7 mil m², que pertencia ao espólio da antiga Rede Ferroviária Federal, foi arrematado em leilão público em

2008. O projeto urbanístico foi aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano em 2012, na gestão de João da Costa. Em dezembro de 2013, o prefeito Geraldo Julio exigiu 16 novas ações mitigadoras, o que foi atendido pelo consórcio. O valor da compensação subiu de R\$ 32 milhões a R\$ 62,7 milhões, para construção de parque linear, creche comunitária, biblioteca, seis quadras poliesportivas, entre outras ações.

Assunto: Juiz Francisco Galindo – Conduta sob análise do CNJ	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: LOCAL	Seção/Repórter:
Página: A5	Data: 04/06/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

FRANCISCO GALINDO

Conduta sob análise do CNJ

O juiz da 7ª Vara Criminal do Recife, Francisco de Assis Galindo, responderá Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) na Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça. Os 15 integrantes do CNJ votaram por unanimidade, ontem, pela instauração do PAD.

O juiz foi investigado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco após denúncia da Copergás. Segundo a empresa, o magistrado fez julgamento de uma causa onde ela era ré, sem exigir mais provas ou perícias que as apresentadas pelas partes.

O pedido foi feito pelo corregedor do CNJ, ministro Francisco Falcão. Um processo envolvendo o magistrado já foi instaurado no TJPE, mas foi arquivado, este ano.

A corregedoria do CNJ pode reavaliar decisões administrativas dos tribunais dos

estados. Na época da denúncia, a Copergás citou quatro casos de réus diferentes nos quais Galindo teria agido de forma irregular. Todos foram investigados. Em um dos cinco episódios, sofreu sanção de censura porque teria pedido a um colega para atuar em um processo em favor de uma construtora. Ao substituí-lo nas férias, Galindo julgou o processo, o que caracterizaria a quebra da imparcialidade, pois conhecia as partes envolvidas. “Ele não pediu para o colega ser favorável e sim para

agilizar. Apresentou a pessoa ao juiz. Nem participou da conversa. É uma gentileza. Não interfere no julgamento, não caracteriza lobby”, disse o advogado do juiz, Ademar Rigueira.

leia

Confira uma versão estendida desta reportagem no nosso site



Fotografe o QR code ao lado com o software leitor do seu celular



JULIANA LEITAO/DP/D. A PRESS

Magistrado teria feito julgamento antecipado

Assunto: Encontro no TJPE – ministro do STJ, Francisco Falcão	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: VIVER	Seção/Repórter: João Alberto
Página: D3	Data: 04/06/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO



Em encontro no TJPE, o ministro Francisco Falcão, presidente eleito do STJ, o conselheiro Valdecir Pascoal e o governador João Lyra Neto

Assunto: CPI – Juiz de Direito de Correntes	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: ÚLTIMAS NOTÍCIAS	Seção/Repórter: Fogo Cruzado
Página: 2	Data: 04/06/2014



■ **CPI** - O juiz de Direito de Correntes, Adrian de Lucena Galindo, por entender que foram cumpridos os requisitos constitucionais, deu cinco dias de prazo ao presidente da Câmara Municipal, José Cardoso Soares, para instalar a CPI requerida por vereadores da oposição a fim de apurar denúncias contra o prefeito Edmilson da Bahia (PSB), acusado de enriquecimento ilícito.

Assunto: IMPARCIALIDADE – CNJ abre processo contra magistrado do Recife	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: ÚLTIMAS NOTÍCIAS	Seção/Repórter:
Página: 2	Data: 04/06/2014



► IMPARCIALIDADE

CNJ abre processo contra magistrado do Recife

O plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu, ontem, por unanimidade, reabrir o processo administrativo disciplinar contra o juiz da Capital Pernambucana, Francisco Galindo, acusado de quebra de imparcialidade. A ação foi entregue pelo corregedor nacional, Francisco Falcão, que recentemente foi eleito

presidente do Tribunal Superior de Justiça (TSE). O próximo passo do Conselho será distribuir a revisão disciplinar para um relator, a quem caberá a revisão da pena.

O processo disciplinar foi aberto em Pernambuco, após denúncia de que Francisco Galindo foi parcial no julgamento de uma ação. O

caso foi parar na Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, mas acabou arquivado. O advogado do juiz Francisco Galindo, Ademar Rigueira, afirmou ter recebido a notícia com surpresa, mas se disse tranquilo. "Já apresentamos uma defesa e vamos produzir provas para defender nosso cliente".

Assunto: CASSADO – Prefeito de Pedra ficará sem mandato	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: POLÍTICA	Seção/Repórter:
Página: 6	Data: 04/06/2014



▶ CASSADO

Prefeito de Pedra ficará sem mandato

MIRELLA ARAÚJO

O prefeito do município de Pedra, José Tenório Vaz (PTB), foi enquadrado na Lei do Ficha Limpa acusado de ter distribuído medicamentos, caixões, exames médicos e serviços de transportes durante o período pré-eleitoral - entre 31 de julho e 25 de agosto de 2000. O gestor já tinha sido condenado por improbidade administrativa, no dia 29 de abril, mas recorreu. Agora, a 1ª Câmara de Direito Público por meio do juiz da Vara Única da Comarca de Pedra, Caio Neto Freire, manteve a condenação.

A pena aplicada a José Tenório será a perda do mandato, suspensão dos direitos políticos por sete anos, proibição de contratar com o Poder Público, além do pagamento de R\$ 200.911,36 - esse valor é correspondente ao ressarcimento do dano causado aos cofres públicos com as doações irregulares, e a multa civil prevista pela Lei de Improbidade Administrativa, ambos calculados em R\$ 100.455,68. O prefeito também é acusado de ter autorizado dispensa irregular de licitações e emitir notas de empenho sem prévio procedimento licitatório.

Saiba mais

VOTAÇÃO - Em função da condenação, a 1ª Câmara de Direito Público decidiu determinar a expedição de ofícios ao Tribunal Regional Eleitoral para os fins da lei de inelegibilidade. José Tenório foi eleito em 2012 com 6.895 votos.

“Com vistas a obter a reeleição no mandato de prefeito do município de Pedra, o réu autorizou, de próprio punho, a compra de medicamentos e autorizou viagens, fracionou o objeto de licitações para adequar o valor aos limites legais. Ele também dispensou ilicitamente certames licitatórios, emitiu notas de empenho sem prévia justificativa ou processo administrativo e fez uso de verba pública para realizar propaganda, sem registros de seu conteúdo, supostamente para se favorecer na campanha eleitoral, cooptando votos”, escreveu o desembargador, e relator do processo, Jorge Américo no voto. A reportagem tentou entrar em contato com o prefeito José Tenório, mas ele não retornou as ligações.

Assunto: Cirurgião e filho são suspeitos de assassinato

Veículo: Folha de Pernambuco

Editoria: COTIDIANO

Seção/Repórter:

Página: 1

Data: 04/06/2014



Mandante do crime atuava em vários hospitais do Recife

Cirurgião e filho são suspeitos de assassinato

Folha resume

Foram presos, ontem, o médico Cláudio Amaro Gomes, e seu filho, Cláudio Amaro Gomes Júnior, suspeitos de serem os autores do assassinato do médico Artur Eugênio de Azevedo Pereira, morto no mês passado. A polícia ainda não identificou outros dois suspeitos do crime. O inquérito tem 30 dias para ser concluído.

■ **AMBOS**
já estão presos
por planejar e
executar
a morte do
médico Artur
Eugênio

EDWARD PENA e
TIAGO ANDRÉ SANTOS

A Polícia Civil prendeu, ontem, dois suspeitos do assassinato do cirurgião-torácico Artur Eugênio de Azevedo Pereira, de 36 anos, morto a tiros no mês passado. O médico Cláudio Amaro Gomes, de 57 anos, e o filho dele, o bacharel em Direito Cláudio Amaro Gomes Júnior, 32, foram apontados pela investigação como os autores do crime. A notícia da prisão da dupla chocou a comunidade médica, uma vez que Cláudio é diretor-médico do Hospital das Clínicas e exerce o cargo de chefe da Unidade de Recuperação Cardiorrástica do Real Hospital Português.

Em cumprimento a dois mandados de prisão temporária, expedidos pela juíza Maria Inês de Albuquerque, da 1ª Vara Criminal de Jaboatão dos Guararapes, os agentes civis conseguiram prender pai e filho em locais diferentes. O médico, apontado como o mandante do homicídio, estava na residência dele, localizada no bairro de Boa Viagem. Enquanto que Cláudio Júnior, que é suspeito de ter participado do sequestro e da execução da vítima, foi preso em um bar da Encruzilhada. No carro do bacharel em Direito, os policiais encontraram um revólver calibre 38, com seis munições intactas.

À polícia, o suspeito revelou que a arma - diferente da utilizada no crime - teria sido comprada para proteção pessoal. A prisão dos dois suspeitos se deveu a uma postagem anônima, pelo WhatsApp.



Expedito Lima

COM a cabeça coberta, Cláudio Amaro Gomes foi encaminhado por agentes civis, na noite de ontem, à Delegacia de Prazeres

Saiba mais

INVESTIGAÇÃO - Conforme o delegado Guilherme Caracciolo, a investigação apontou que o bacharel em Direito Cláudio Amaro Gomes Júnior já respondeu criminalmente por porte ilegal de arma de fogo em 1997, no Rio de Janeiro. Além disso, o policial civil garantiu que as diligências continuarão até identificar os outros dois suspeitos.

Nela, denunciava-se que Artur Eugênio havia sido assassinado pelo filho de um colega de trabalho, por motivo de inveja profissional. O post citava Cláudio - que na ocasião foi chamado de Carlos. O denunciante alegava que seu filho - Cláudio Júnior - teria sido o autor do assassinato. O motivo da morte, segundo o autor anônimo, se devia ao



Expedito Lima

CLAÚDIO Júnior (C) foi preso com arma não registrada em um bar da Encruzilhada

fato de Artur apresentar uma contínua ascensão na área da cirurgia torácica, que também é a especialidade do suposto mandante do crime. A trajetória de sucesso levantou comparações que, supostamente, despertaram a inveja

de Cláudio Gomes.

Além disso, também há uma suspeita - levantada no mesmo post - de que a vítima teria descoberto um esquema de desvio de dinheiro, encabeçado por Cláudio Amaro Gomes. A informação foi, ra-

pidamente, desmentida pelo delegado Guilherme Caracciolo, que está à frente da investigação. No entanto, ontem, fontes ligadas à Polícia Civil, confirmaram que a investigação considera essa hipótese, mas que também ana-

lisa outras motivações.

De acordo com o delegado, após o boato, os suspeitos passaram a receber ameaças. Para garantir a integridade de pai e filho e assegurar o curso da investigação, Caracciolo pediu os mandados de prisão temporária, que tinham validade de 30 dias. "Sabemos que outras duas pessoas participaram do crime. Quando o médico foi sequestrado, Cláudio Júnior dirigia o veículo Celta e dois homens, que foram os executores, abordaram a vítima. Como toda essa divulgação do WhatsApp, resolvemos tirá-los das ruas para os demais suspeitos não atentassem contra a vida deles, numa tentativa de queima de arquivo", pontuou.

Na 11ª Delegacia de Homicídios de Prazeres, os suspeitos preferiram se reservar o direito do silêncio. Não depuseram, nem prestaram esclarecimentos à imprensa. Os advogados pediram mais tempo para ter acesso às informações do inquérito e, depois disso, emitir um posicionamento. O discurso de todos foi o mesmo: que pai e filho são inocentes. Embora em número considerável, os advogados não conseguiram impedir o encaminhamento dos suspeitos ao Centro de Triagem (Cotel), onde permanecerão à disposição da Justiça.

O delegado Guilherme Caracciolo revelou, ainda, que já tem os apelidos dos dois suspeitos que permanecem em liberdade. Entretanto, esses nomes foram preservados para não comprometer o andamento da investigação. Caracciolo explicou que Cláudio Amaro Gomes e Cláudio Amaro Gomes Júnior responderão por homicídio qualificado, sequestro, roubo e associação criminosa. Cláudio Júnior também responderá por porte ilegal de arma de fogo. O prazo para conclusão do inquérito é de mais 30 dias. Caso sejam condenados, pai e filho poderão cumprir até 40 anos de reclusão.

Assunto: PCR suspende alvará de demolição dos galpões

Veículo: Folha de Pernambuco

Editoria: COTIDIANO

Seção/Repórter:

Página: 3

Data: 04/06/2014



Impasse do Cais José Estelita é discutido em reunião

PCR suspende alvará de demolição dos galpões

■ **DECISÃO** não invalida a reintegração de posse, expedida pelo desembargador do TJPE Márcio Fernando de Aguiar

CAROLINA LEÃO

Foi suspenso, temporariamente, o alvará que garantia ao consórcio Novo Recife a demolição dos galpões do Cais José Estelita, iniciada há duas semanas. A decisão partiu do prefeito Geraldo Julio, após uma reunião realizada a portas fechadas, ontem, entre o secretariado municipal e representantes de diversas entidades civis, como o IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil), CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), Movimento Ocupe Estelita e Direitos Urbanos, além do reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Anísio Brasileiro.

A Prefeitura tem o poder de cancelar um alvará já concedido, caso sejam constatadas irregularidades no processo que levou à autorização. O que não é caso do Novo Recife. Segundo a assessoria de imprensa do gabinete do prefeito, a suspensão se deu para que a discussão com a sociedade civil seja retomada, após diversas polêmicas envolvendo o projeto e a intensa participação popular, cuja força social, aliás, parece que ecoou forte na mais alta hierarquia da administração pública municipal.

A decisão da suspensão temporária veio cinco dias após o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) conceder ao consórcio a reintegração de posse do terreno, ocupado por manifestantes contrários à construção de um complexo imobiliário contendo 12 torres de 40 andares na área, localizado às margens da baía do Pina.



Marina Mahmood

PREFEITO Geraldo Julio se reunirá amanhã com Consórcio Novo Recife

Folha resume

Foi suspensa temporariamente a demolição dos galpões do Cais José Estelita. A decisão partiu da Prefeitura do Recife, ontem, anunciada durante reunião entre o prefeito e o secretariado e outros representantes de diversas entidades civis. Amanhã, o Consórcio Novo Recife estará na sede PCR para participar de um debate com o prefeito.

Através da mobilização feita via rede social, o movimento Ocupe Estelita conseguiu reunir, no último domingo, quase dez mil pessoas, que também discordam do projeto Novo Recife. Apesar da suspensão, os manifestantes prometem continuar acampados no terreno onde estão há 13 dias. No entanto, a suspensão temporária da demolição não invalida a reintegração de posse, já expedida pelo desembargador Márcio Fernando de Aguiar, do TJPE.

A arquiteta Cristina Lino Gouvea, do Ocupe Estelita e Direitos Urbanos, definiu como exitosa a reunião rea-

lizada com a Prefeitura. "É um avanço inédito, já que torna pública uma discussão que, até então, nunca tinha sido feita", ressaltou. De acordo com Geraldo Julio, em comunicado oficial à imprensa, foi proposta às entidades e aos movimentos uma rodada de diálogo. Amanhã, o Consórcio Novo Recife estará na sede Prefeitura e na sexta, 6, é a vez do Ministério Público e do Ministério Federal participarem do debate com o prefeito. "O Recife tem um histórico de ausência de planejamento urbano e não é essa a cidade que queremos para o futuro", conceituou Geraldo Julio, que pretende

Saiba mais

ITENS - Na reunião de ontem, estiveram em debate cinco itens: o livre acesso ao terreno, a necessidade de um plano urbanístico para a área, a reserva de 30% do espaço para a construção de habitação popular, a suspensão do alvará e a revisão dos atos administrativos que levaram à autorização, pela Prefeitura, da demolição dos galpões

promover o entendimento das partes envolvidas na discussão.

Em nota, o Consórcio Novo Recife disse que vai esperar uma notificação oficial sobre a suspensão da demolição e que obra é importante para a cidade, pois durante a construção do empreendimento serão gerados cerca de 24 mil empregos diretos e indiretos, além de dois mil fixos com o final da obra.

Assunto: Falcão veio	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: PROGRAMA	Seção/Repórter: PERSONA
Página: 2	Data: 04/06/2014



FALCÃO VEIO

O futuro presidente do STJ e atual corregedor da Casa, Francisco Falcão, prestigiou a instalação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico, no Tribunal de Justiça, segunda, que atenderá 34 varas cíveis do Recife. A nova plataforma vai agilizar o sistema judiciário do Estado e é, sem dúvida, um grande marco na gestão do presidente do TJPE, Frederico Neves.

Assunto: Foto – Os presidentes do TJPE e OAB Frederico Neves e Pedro Henrique Reynaldo	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: PROGRAMA	Seção/Repórter: PERSONA
Página: 2	Data: 04/06/2014

FOLHA
DE PERNAMBUCO

Divulgação



Os presidentes do Tribunal de Justiça e da OAB-PE, **Frederico Neves** e **Pedro Henrique Reynaldo Alves**, em evento jurídico

Assunto: Cais José Estelita - Prefeitura suspende licença de demolição	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 04/06/2014
Editoria:	Seção:



Prefeitura do Recife suspende licença de demolição no Cais José Estelita

Informação foi publicada nos perfis oficiais do Twitter e Facebook da PCR. Sugestão da PCR é atuar como uma mediadora de todo o processo.



Reunião ocorreu na sede da Prefeitura do Recife
(Foto: Andréa Rêgo Barros/PCR)

A licença de demolição dos armazéns do Cais José Estelita foi suspensa pela Prefeitura do Recife na manhã desta terça-feira (3). A decisão foi anunciada nos perfis oficiais da Prefeitura no Twitter e no Facebook, e confirmada pela assessoria de imprensa do órgão, no momento em que está acontecendo uma audiência na Prefeitura do Recife. O terreno no Cais José Estelita está ocupado por manifestantes há 13 dias, em protesto contra o projeto Novo Recife, que prevê a construção de 12 torres, entre residenciais e comerciais no local.

Participam da audiência nove representantes do grupo Direitos Urbanos (DU), que é contrário ao projeto; o prefeito Geraldo Julio e o vice, Luciano Siqueira; titulares de seis secretarias da PCR: Antônio Alexandre (Desenvolvimento e Planejamento Urbano), Ricardo Correa (Assuntos Jurídicos), Sileno Guedes (Governo), João Braga (Controle Urbano e Mobilidade), Cida Pedrosa (Meio Ambiente) e Jayme Asfora (Juventude); o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE), Pedro Mariano; Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), o reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Anísio Brasileiro; a Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Observatório do Recife.

"Foi uma reunião produtiva. Fiz a proposição para as entidades representadas e o movimento para que a gente tenha um diálogo. Nós tiramos um encaminhamento para as próximas reuniões. Na próxima quinta faremos uma reunião com empreendedores para que seja aberto um diálogo sobre a ocupação da área do Cais José Estelita. O Recife tem um histórico de ausência de planejamento urbano e não é isso que queremos", disse Geraldo Julio.

A arquiteta Cristina Gouveia, representante do Direitos Urbanos, disse que o movimento sai satisfeito da reunião após a abertura da mesa de negociação. "Finalmente foi aberta a possibilidade de revisão do projeto Novo Recife, com aval de todas as instituições presentes, que veem como necessária. Essa negociação tem implicações práticas importantes porque torna o projeto algo passível de discussão pública, algo que nunca foi feito até hoje", declarou. Ela disse que ainda não se sabe a que ponto a discussão vai chegar no final, mas será possível revisar atos tomados desde o início do processo. "A suspensão de demolição já estava praticamente dada porque o parecer do Iphan [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional] não havia sido considerado", disse.

O arquiteto Roberto Montezuma, presidente do CAU, acredita que a discussão ampliada é positiva e necessária. "Todos precisam estar presentes nessa negociação. A cidade precisa ser mais inclusiva, urbanisticamente pensada. Aquele terreno é estratégico, articulador e de integração de várias áreas da cidade", pondera.

Em nota, o Consórcio Novo Recife informou que só vai se pronunciar a respeito após ser oficialmente notificado da suspensão. O documento diz ainda que o grupo de construtoras "sempre esteve aberto ao diálogo e cumpriu, como cumprirá, os requisitos legais para a continuidade da obra. O Novo Recife ressalta que acredita na ordem jurídica vigente e no respeito ao seu cumprimento".

O prefeito não informou a duração da suspensão da licença de demolição. A advogada Liana Cirne, do DU, afirmou que a suspensão "é medida típica de rodada de negociação. A suspensão permanece até o fim da negociação", defende. A reintegração de posse não foi pauta do encontro. Os manifestantes pretendem seguir com a ocupação e programam eventos para o domingo (8) no local.

Próximas reuniões

O prefeito Geraldo Julio marcou uma nova reunião para a quinta-feira (4) com os mesmos órgãos, o Consórcio Novo Recife, responsável pela obra no Cais, o Forum Estadual de Reforma Urbana (Feru) e o Cenro Dom Hélder Câmara (Cendhec). A sugestão da PCR, segundo a assessoria de imprensa, é atuar como uma mediadora de todo o processo.

A Prefeitura do Recife também marcou, para sexta-feira (6), uma outra reunião para ouvir a opinião do Ministério Público Federal e de Pernambuco (MPPE) sobre a situação do Cais. Os dois não haviam sido convocados para a reunião desta terça. A conversa será na sede da prefeitura, mas ainda não tem horário definido. O grupo Direitos Urbanos não deve participar.

Histórico

Na segunda-feira (2), nenhuma definição sobre a data de reintegração de posse saiu da reunião convocada pelo corpo jurídico do Direitos Urbanos(DU). O encontro envolveu as secretarias de Defesa Social (SDS), de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSDH) e representantes do DU. O grupo pede a anulação do processo administrativo que autorizou o projeto Novo Recife e uma discussão pública sobre o uso do espaço.

O advogado Alexandre da Maia, integrante do DU, comentou que saiu tranquilizado da reunião. "Eu saio tranquilizado porque existe uma logística e isso leva tempo, que vamos usar para tentar reverter a decisão liminar da Justiça", disse.

A reintegração de posse foi concedida pelo desembargador-substituto Márcio Fernando de Aguiar Silva, na última quinta (29), que ordenou "a retirada dos invasores da área do imóvel, com apoio da força policial, se necessário". O magistrado atendeu a um pedido feito pelos advogados do Novo Recife Empreendimentos, grupo de construtoras proprietárias do terreno.

Até o momento de publicação desta reportagem, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) não havia recebido o recurso do MPPE contra a reintegração de posse. A assessoria de imprensa da Polícia Militar informou que ainda não foi informada sobre a reintegração.

Advogados do DU entraram com habeas corpus, na última sexta (30), para garantir o direito de ir e vir das pessoas, já que a ocupação é "mansa e pacífica". "Também vamos entrar com uma agravo regimental, que é uma espécie de recurso, contra a decisão proferida pelo desembargador substituto, que concedeu a reintegração de posse", explicou.

O Consórcio Novo Recife não se manifestou sobre a reunião desta segunda. A empresa não foi convidada para a audiência desta terça, e, em nota, disse que "está aberta ao diálogo com a Prefeitura, como sempre esteve desde o início do processo do projeto Novo Recife".

Entenda a polêmica

Em dezembro de 2013, a Prefeitura do Recife aprovou novas medidas referentes ao polêmico projeto imobiliário que vai construir 12 torres ao longo do Cais José Estelita, exigindo novas ações mitigadoras - aquelas tomadas para compensar os possíveis danos causados pela construção. O valor da compensação subiu de R\$ 32 milhões para R\$ 62,7 milhões, com a inclusão de biblioteca, túnel e um parque linear, entre outros itens. Um termo de compromisso entre a gestão municipal e consórcio de construtoras responsável pelo Projeto Novo Recife foi assinado na ocasião.

Mas desde que foi criado, em 2012, o projeto provoca polêmica e protestos e é discutido judicialmente. Cinco ações tramitam questionando o Novo Recife: uma civil pública do Ministério Público estadual, uma do Ministério Público federal e três ações populares. As ações populares pedem a nulidade do ato administrativo do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) que aprovou a proposta imobiliária no fim de 2012. O grupo Direitos Urbanos comanda um movimento chamado OcupeEstelita, que mantém ações para protestar e tentar impedir a demolição dos antigos armazéns.

Na noite do dia 21 de maio, o consórcio de construtoras iniciou a demolição dos galpões. No dia seguinte, manifestantes ocuparam o terreno, para impedir as obras. Também no dia 22 de maio, a Justiça Federal concedeu liminar que proíbe a derrubada dos galpões. A decisão do juiz Francisco Antônio Barros e Silva Neto, titular da 21ª Vara Federal, também pede a suspensão de eventual construção na área.

Assunto: Juiz vai responder a procedimento administrativo	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 04/06/2014
Editoria:	Seção:



Juiz vai responder a procedimento administrativo

Os 15 integrantes da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília, votaram, ontem, por unanimidade, pela instauração de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra o juiz da 7ª Vara Criminal do Recife, Francisco de Assis Galindo de Oliveira.

O pedido foi feito pelo corregedor do CNJ, ministro Francisco Falcão. Um processo envolvendo o magistrado já foi instaurado, no âmbito estadual, no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), mas terminou arquivado, em março deste ano. A corregedoria do CNJ, pode, no entanto, reavaliar decisões administrativas dos tribunais dos estados. Esse pode ser o primeiro juiz pernambucano alvo de um procedimento nacional na gestão de Falcão.

O juiz foi investigado pelo TJPE após denúncia da Copergás. Segundo a empresa, o magistrado fez um julgamento antecipado de uma causa onde ela era ré, sem exigir mais provas ou perícias que as apresentadas pelas partes. Na época, a Copergás citou mais quatro casos de réus diferentes onde Galindo teria agido de forma irregular. Todos foram investigados.

Em apenas um dos cinco episódios, no entanto, os desembargadores decidiram pela sanção de censura a Galindo porque ele teria solicitado a um colega para atuar em um processo em favor de uma construtora. Ao substituí-lo nas férias, Galindo julgou o processo, o que caracterizaria a quebra da imparcialidade, pois conhecia as partes envolvidas. “Ele não pediu para o colega ser favorável e sim para agilizar. Apresentou a pessoa ao juiz e nem sequer participou da conversa. É uma gentileza, que não interfere no julgamento, não caracteriza lobby”, afirmou o advogado de Galindo, Ademar Rigueira. O Diário tentou entrar em contato com o juiz Francisco Galindo, sem sucesso.

Apuração

Apesar dos 15 desembargadores da Corte Especial do TJPE terem decidido pelo arquivamento do PAD contra o juiz Francisco Galindo, a corregedoria do CNJ também entende que há necessidade de mais apuração porque as causas investigadas envolvem valores considerados altos.

O advogado Ademir Rigueira, no entanto, disse que o juiz preparou sentenças ilíquidas, ou seja, julgou procedentes demandas, mas não estipulou indenização ou mandou “levantar” dinheiro. “O caso da Copergás, por exemplo, ainda vai ser julgado. Não foi um caso que ele julgou e mandou bloquear a conta bancária do réu”, explicou.

Se considerado culpado, o juiz pode ser punido administrativamente, no mínimo, com censura e, no máximo, com aposentadoria compulsória. O risco de perder o cargo só acontece se o magistrado for condenado em processos civis ou criminais.

Em quase dois anos como corregedor, o ministro Francisco Falcão afastou 14 magistrados, entre juízes, presidentes de tribunais e desembargadores. Francisco Falcão, eleito na última terça-feira presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, ainda deve permanecer no cargo de corregedor nacional até o início de setembro, quando será empossado na nova função.

Saiba mais

Número de procedimentos de investigação abertos este ano no estado contra juízes: 3

Número de juízes afastados: 1

Número de juízes que atuam no estado: 407

Número de vagas de juízes a serem preenchidas: 215

Assunto: 1ª Câmara de Direito Público mantém a condenação do prefeito de Pedra	
Veículo: folhape.com.br	Data: 04/06/2014
Editoria:	Seção:



1ª Câmara de Direito Público mantém a condenação do prefeito de Pedra

Segundo a Ação Civil Pública, o prefeito causou danos aos cofres públicos

A condenação do prefeito de Pedra, José Tenório Vaz (PTB), por improbidade administrativa, foi mantida pela 1ª Câmara de Direito Público. A decisão do órgão confirmou a sentença proferida pelo juiz da Vara Única da Comarca de Pedra, Caio Neto de J. Oliveira. A pena será a perda do cargo público, a suspensão dos direitos políticos por sete anos, a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por cinco anos e pagamento de multa no valor de R\$ 200.911,36.

A correção monetária e juros moratórios incidirão no total a ser pago a partir da data dos ilícitos. O petebista pode recorrer da decisão da 1ª Câmara de Direito Público, que foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 20 de maio.

Segundo a Ação Civil Pública do Ministério Público de Pernambuco, o prefeito causou danos aos cofres públicos ao fazer, com o dinheiro do município, doações irregulares de medicamentos, caixões, exames médicos e serviços de transporte durante o período pré-eleitoral, entre 31 de julho e 25 de agosto de 2000. Além disso, o gestor autorizou a dispensa irregular de licitações e emitiu notas de empenho sem prévio procedimento licitatório.

Ao julgar a ação civil pública do MPPE, o juiz Caio Neto Freire considerou que o uso incorreto do dinheiro público se constituiu em dano ao erário e publicidade para promoção pessoal. Em função da condenação, a 1ª Câmara de Direito Público decidiu determinar a expedição de ofícios ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), para os fins da lei de inelegibilidade.

O órgão colegiado também determinou a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público para apurar a suposta prática de crime prevista na Lei de Licitação e Contratos.

Assunto: Atuação do TJPE na Copa	
Veículo: CNJ	Data: 04/06/2014
Editoria:	Seção:



Novos juizados, horário diferenciado e até intérprete para atender ao público da Copa



Faltando alguns dias para o início da Copa do Mundo, os Tribunais de Justiça dos estados que receberão os jogos definem os últimos detalhes sobre a atuação dos juizados que funcionarão nos principais aeroportos das 12 cidades-sede. A ideia é manter estrutura do Poder Judiciário que possa resolver rapidamente conflitos de consumo dos passageiros e também problemas na área de infância e juventude relacionados à circulação de crianças e adolescentes.

Em Recife/PE, o juizado no aeroporto Gilberto Freyre começa a funcionar nesta segunda-feira (2/6). Nas demais cidades-sede, o início do funcionamento está previsto para a quinta-feira (5/6). Em algumas cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Cuiabá e Belo Horizonte, os postos dos juizados nos aeroportos já existiam em caráter permanente, mas durante o período da Copa funcionarão em horário diferenciado. Em outras cidades-sede, como é o caso de Recife, Fortaleza, Natal, Salvador, Porto Alegre e Curitiba, os juizados dos aeroportos estão sendo criados especificamente para atender ao público da Copa.

Após diversas reuniões, que vêm sendo realizadas desde a Copa das Confederações, em junho do ano passado, o Fórum da Copa e os Tribunais de Justiça dos estados que vão receber os jogos (TJRJ, TJSP, TJDFT, TJCE, TJBA, TJRN, TJMG, TJMT, TJPE, TJPR, TJRS e TJAM) fecharam um acordo sobre as diretrizes de funcionamento dos juizados dos aeroportos no período do Mundial.

O acordo prevê que, no período de 5 de junho a 20 de julho, os juizados dos aeroportos nas 12 cidades-sede funcionarão em regime diferenciado: no mínimo duas horas antes de o primeiro voo chegar ou partir do aeroporto e até duas horas depois de o último vôo chegar ou partir do mesmo aeroporto. Companhias aéreas que atuam nesses aeroportos também se comprometeram a manter prepostos sempre em contato com os juizados para agilizar a resolução dos problemas nesse período.

Como se trata de uma diretriz mínima, cada tribunal teve liberdade para acrescentar iniciativas próprias. Nos aeroportos de Brasília, Recife, Natal, Fortaleza, Guarulhos, em São Paulo, e Galeão, no Rio de Janeiro, os tribunais decidiram que o funcionamento dos juizados será 24 horas. No Ceará, a força-tarefa do juizado do Aeroporto Pinto Martins, em Fortaleza, contará com intérprete e juiz plantonista.

Em Natal, no Rio Grande do Norte, o juizado funcionará no novo terminal, o Aeroporto Internacional Governador Aluísio Alves, em São Gonçalo do Amarante. Os servidores serão

selecionados entre os que estão fazendo o curso de inglês pela Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte e que já trabalham na área cível ou de direito do consumidor. No Aeroporto Internacional Afonso Pena, em Curitiba/PR, o atendimento será feito por dois juízes, um com competência na área de Juizado Especial e outro com competência na área da infância e juventude e mais quatro servidores em três turnos de seis horas.

Atendimento – Os juizados dos aeroportos atuam prioritariamente em questões relacionadas ao direito do consumidor das companhias aéreas, em causas que envolvam até 20 salários mínimos. Atrasos de voos, overbooking e extravio de bagagem são alguns dos problemas mais comuns levados a esses juizados. Clique [aqui](#) para acessar a Cartilha de Direitos do Passageiro, elaborada pelo CNJ.

Toda a atuação é voltada para a busca da conciliação entre as partes e não é necessário constituir advogado. O consumidor deve entrar com o pedido dentro de 24h do incidente ocorrido. Durante o período da Copa, no entanto, também atuarão em questões relativas à emissão de autorizações judiciais de viagens e todas as demais que digam respeito ao trânsito de crianças e adolescentes.

Serviço:

SÃO PAULO

Aeroporto Internacional de Guarulhos
Período de funcionamento: Permanente
Horário de funcionamento durante a Copa: 24h

Aeroporto de Congonhas

Horário de funcionamento: Permanente
Horário de funcionamento durante a Copa: 8h às 24h

RIO DE JANEIRO

Aeroporto Internacional do Galeão – Antônio Carlos Jobim
Período de funcionamento: Permanente
Horário de funcionamento durante a Copa: 24h

Aeroporto Santos Dumont

Período de funcionamento: Permanente
Horário de funcionamento durante a Copa: 6h às 22h

DISTRITO FEDERAL

Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek
Período de funcionamento: Permanente
Horário de funcionamento durante a Copa: 24h

MINAS GERAIS

Aeroporto Internacional de Confins – Tancredo Neves
Período de funcionamento: Permanente
Horário de funcionamento durante a Copa: No período de 5 de junho a 20 de julho, funcionará das 7h às 24h.

MATO GROSSO

Aeroporto Internacional de Cuiabá – Marechal Rondon
Período de funcionamento: Permanente.
Horário de funcionamento durante a Copa: Duas horas antes de o primeiro voo chegar ou partir do aeroporto e até duas horas depois de o último voo chegar ou partir do mesmo aeroporto.

AMAZONAS

Aeroporto Internacional de Manaus – Eduardo Gomes

Período de funcionamento: De 5 de junho a 20 de julho.

Horário de funcionamento durante a Copa: De 6h às 24h nos dias de expediente forense e, em regime de plantão, também aos sábados, domingos e feriados.

CEARÁ

Aeroporto Internacional de Fortaleza – Pinto Martins

Período de funcionamento: De 5 de junho a 18 de julho.

Horário de funcionamento durante a Copa: 24h

RIO GRANDE DO NORTE

Aeroporto Internacional Governador Aluizio Alves – São Gonçalo do Amarante

Período de funcionamento: De 5 de junho a 20 de julho.

Horário de funcionamento durante a Copa: 24h

BAHIA

Aeroporto Internacional de Salvador – Deputado Luís Eduardo Magalhães

Período de funcionamento: Permanente

Horário de funcionamento durante a Copa: Das 7h às 23h.

PERNAMBUCO

Aeroporto Internacional do Recife / Guararapes – Gilberto Freyre

Período de funcionamento: Do dia 2 de junho a 13 de julho.

Horário de funcionamento durante a Copa: Entre os dias 2 e 11 de junho e 1º a 13 de julho, das 7h às 19h. Entre os dias 12 e 30 de junho, em turno ininterrupto (24h).

PARANÁ

Aeroporto Internacional de Curitiba – Afonso Pena

Período de funcionamento: De 5 de junho a 20 de julho.

Horário de funcionamento durante a Copa: Duas horas antes de o primeiro voo chegar ou partir do aeroporto e até duas horas depois de o último voo chegar ou partir do mesmo aeroporto.

RIO GRANDE DO SUL

Aeroporto Internacional Salgado Filho

Período de funcionamento: De 5 de junho a 20 de julho.

Horário de funcionamento durante a Copa: Das 7h às 19h.

Assunto: Procuradoria da Câmara de Caruaru deve pedir reabertura de processos contra vereadores	
Veículo: jconline.com.br	Data: 04/06/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Procuradoria da Câmara de Caruaru deve pedir reabertura de processos contra vereadores

A Comissão de Ética da Casa pediu que a Procuradoria entre com recurso no TJPE

Após suspensão judicial dos últimos três processos disciplinares contra os vereadores investigados na Operação Ponto Final, a Comissão de Ética da Câmara Municipal de Caruaru pediu que a Procuradoria da própria Câmara entre com recurso no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) contra a 1ª Vara da Fazenda Pública de Caruaru.

A decisão do juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Caruaru, José Fernando, favoreceu os vereadores Evandro Silva (PMDB), Val das Rendeiras (Pros) e Eduardo Cantarelli (SDD). Agora, a Comissão espera uma resposta do TJPE para seguir com os nove processos restantes, também suspensos pela Vara.

Em nota, a Comissão informou que presta todos os esclarecimentos pedidos pela Justiça local. A defesa dos vereadores alega que o relator do processo é o vereador Marcelo Gomes (PSB), que é filho do vice-prefeito da cidade, Jorge Gomes (PSB).

Assunto: Prefeito de Pedra é condenado por improbidade administrativa	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 03/06/2014
Editoria:	Seção:



Prefeito de Pedra é condenado por improbidade administrativa

A 1ª Câmara de Direito Público manteve a condenação do prefeito do município de Pedra, José Tenório Vaz, por improbidade administrativa. A decisão do órgão colegiado confirmou a sentença proferida pelo juiz da Vara Única da Comarca de Pedra, Caio Neto de J. Oliveira Freire.

A pena do prefeito José Tenório será a perda do cargo público, a suspensão dos direitos políticos por sete anos, a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou de créditos, direta ou indiretamente, por cinco anos, e o pagamento de R\$ 200.911,36. Esse valor abrange o ressarcimento do dano aos cofres públicos e a multa civil prevista pela Lei de Improbidade Administrativa, ambos calculados em R\$ 100.455,68.

A correção monetária e juros moratórios incidirão no total a ser pago a partir da data dos ilícitos. O prefeito pode recorrer da decisão da 1ª Câmara de Direito Público, que foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 20 de maio.

De acordo com a Ação Civil Pública do Ministério Público de Pernambuco, o político causou dano aos cofres públicos ao fazer, com o dinheiro do município, doações irregulares de medicamentos, caixões, exames médicos e serviços de transportes durante o período pré-eleitoral entre 31 de julho e 25 de agosto de 2000. O prefeito também autorizou a dispensa irregular de licitações e emitiu notas de empenho sem prévio procedimento licitatório.

O relator do processo na 1ª Câmara de Direito Público foi o desembargador Jorge Américo Pereira de Lira. Composto ainda pelos desembargadores Erik de Souza Dantas Simões e Fernando Cerqueira Noberto dos Santos, o órgão colegiado julgou o caso no dia 29 de abril deste ano. No Primeiro Grau, o juiz Caio Neto Freire proferiu a sentença que condenou o político no dia 7 de novembro de 2011.

Ao julgar a ação civil pública do MPPE, o juiz Caio Neto Freire considerou que o uso incorreto do dinheiro público se constituiu em dano ao erário e publicidade para promoção pessoal. Fundamentou a decisão do magistrado a auditoria especial realizada pelo Tribunal de Contas do Estado na chamada “Operação Eleição”, ocorrida em 2000. A sentença no Primeiro Grau apenas determinou o ressarcimento ao município de R\$ 100.455,68 e o pagamento de uma multa civil de mesmo valor.

O Ministério Público recorreu da decisão do 1º Grau, para obter as demais penas previstas na Lei de Improbidade Administrativa. Ao analisar a apelação, a 1ª Câmara de Direito Público, à unanimidade de votos, deu provimento ao recurso do MPPE. O relator do caso, o desembargador Jorge Américo Pereira de Lira, adicionou à pena anterior, as demais punições previstas em lei.

“Com vistas a obter a reeleição no mandato de Prefeito do Município de Pedra, o réu autorizou, de próprio punho, a compra de medicamentos e autorizou viagens, fracionou o objeto de licitações para adequar o valor aos limites legais, dispensou ilicitamente certames licitatórios, emitiu notas de empenho sem prévia justificação ou processo administrativo e fez uso de verba

publica para realizar propaganda, sem registros de seu conteúdo, supostamente para se favorecer na campanha eleitoral, cooptando votos”, escreveu o desembargador Jorge Américo no voto. O magistrado também destacou que o prefeito cometeu outras infrações, além da improbidade administrativa. “O réu descumpriu, ainda, o art. 8º da Lei Municipal n. 999/2000 que disciplina as doações a serem feitas pelo município em prol de pessoas carentes, de modo que tornou impossível aferir se as doações atingiram os munícipes de Pedra...[...]. Restou evidenciada, ainda, a prática de fracionamento de licitações, pois somando todas as despesas realizadas com medicamentos e transporte de pessoas carentes ultrapassam – e muito – a alçada prevista na Lei de Licitações e Contratos – LLC”, descreveu o desembargador Jorge Américo.

Em função da condenação, a 1ª Câmara de Direito Público decidiu determinar a expedição de ofícios ao Tribunal Regional Eleitoral – TRE, para os fins da lei de inelegibilidade. O órgão colegiado também determinou a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público de Pernambuco para apurar a suposta prática de crime prevista na Lei de Licitação e Contratos (Lei Nº 8.666/93).

Assunto: Novo Recife. Geraldo Julio deixa-se emparedar pela ditadura da minoria	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 03/06/2014
Editoria:	Seção:



Novo Recife. Geraldo Julio deixa-se emparedar pela ditadura da minoria

O Blog de Jamildo respeita profundamente a posição adotada pelo prefeito do Recife, nesta manhã, em relação ao projeto imobiliário Novo Recife. Uma das coisas que diferenciam essa coluna eletrônica é justamente a pluralidade, o respeito ao contraditório e à democracia. Apesar desta disposição de princípios, por uma questão de coerência pessoal, não posso deixar de discordar da iniciativa adotada pelo prefeito socialista, por uma série de fatores. Já havia escrito aqui que Geraldo Julio não poderia curvar-se a uma ditadura da minoria, embora estridente.

A decisão só se explica se o objetivo for tirar um pouco da pressão de todo o tumulto gerado, a partir da concessão do alvará de demolição.

No meu entendimento, um dos primeiros erros da gestão foi não condicionar o recuo a uma desocupação da área, que é privada, foi comprada em um leilão público. Isto é basilar. Há uma decisão judicial, irretocável, contra o esbulho que os construtores estão sendo alvo, privados do uso de sua propriedade. Como gestor público, entendo que Geraldo Julio deveria exigir a desocupação imediatamente, antes de ceder aos invasores. Acabou desmoralizando a Justiça, cuja decisão dada há uma semana não se efetiva.

É verdade que tem gente torcendo para levar um tiro da PM de João Lyra na desocupação e virar mártir da galera, em tempo real. Torço para que não haja violência. Deve ter eterno candidato a alguma coisa até pagando para ser agredido em uma barafunda como esta. O problema é que estamos em um ano eleitoral. Seus aliados vão trombetear que ele mostrou sensibilidade, ouvindo supostamente a sociedade. O que pode estar movendo o prefeito, neste movimento de recuo, é o receio natural do uso eleitoral da polêmica contra o aliado Eduardo Campos, candidato a presidente.

A jogada de Geraldo Julio é de alto risco. Que tamanho é arriscada? O objetivo parece ser credenciar-se como mediador. Não é fácil e ele deve saber disto. Até porque, pelo que já escreveram e afirmaram pelas redes sociais, muitos do que sentaram à mesa com o prefeito hoje o que querem é a sua desmoralização como gestor, por questões partidárias.

Neste contexto, seria justo, no melhor interesse da cidade, dos moradores do entorno, manter o projeto no limbo até passar as eleições?

Sim, porque a decisão de Geraldo Julio não existe solta no espaço. Se não foi combinada com os russos, ela exige que o Novo recife ceda e recue, abrindo mão de mais concessões. Elas são possíveis ainda? Seria justo? Se as empresas não aceitaram, o prefeito vai aceitar sair desmoralizado? O prefeito vai se dobrar, novamente, desta vez ao mercado imobiliário? No extremo, o que poderia acontecer nesta queda de braço? Em uma eventual represália, desapropriar a área para ter um parque público? Pode até fazer, mas não funcionaria na prática.

Veja-se o exemplo do Parque de Santana, do Memorial Arcoverde, sem uso misto estarão sempre condenado a serem áreas fantasmas da cidade.

No começo desta semana, os próprios organizadores do movimento, em uma entrevista ao JC, disseram com todas as letras que as motivações são políticas e que iriam colocar a bomba no colo de Geraldo Julio, tentando emparedá-lo. O que faz Geraldo? Deixou-se emparedar.

Geraldo não falou, mas essa coisa não vai parar por aí. Vai ter desdobramento. Não adianta oferecer absolutamente nada porque os grupos contrários vão querer sempre o intangível, uma vez que são, por princípio, contrários ao empreendimento privado.

Curiosamente, a verticalização, ideologicamente tão criticada, só é tão grande porque as empresas tiveram que ceder quase metade da área para uso público. Com metade da altura nos prédios, as empresas não precisariam ceder tantas áreas. Seriam criticadas do mesmo jeito. Do outro front, o empresarial, sabe-se que o risco que corre o pau, corre o machado. Ou os construtores nacionais não estão de olho na tibieza de nossa Justiça, na falta de respeito à ordem jurídica que se assiste aqui, agora?

Também não se falou em prazo. A quem interessa a eternização desta discussão, após seis anos? Os grupos econômicos não têm culpa se a legislação é precária, não prevê isto, não prevê aquilo. Que culpa eles têm se há uma vazia legislativo, anacrônico e blá, blá, blá.

Por isto, não acredito que haverá clima favorável a diálogo algum simplesmente porque, como já escrevi aqui há vários anos, o movimento é político, tocado por grupos radicais e recentemente apropriado até por deputados do PT.

Tem mais. Depois de ter dobrado as contrapartidas ao projeto, de R\$ 30 milhões para mais de R\$ 60 milhões, dificilmente as construtoras que tocam o projeto aceitarão qualquer nova imposição. E elas estarão certas. O que se ouve é que não cabe mais, já passou, as empresas foram ao limite, sem falar que todo o processo é muito mais oneroso do que a fatura com as mitigações. Os grupos atenderam todos os requisitos legais e os grupos de pressão tanto sabiam disto que, desmerecendo essa via, apostaram na politização do caso.

O Ministério Público de Pernambuco, como de resto o federal, também é outro complicador nesta polêmica toda. Lá fora, onde as coisas funcionam, há países em que o MP tem prazo para se posicionar e para questionar. Por aqui, o MP tem que dar pitaco em tudo, e quer ter a última palavra, agora realizando suas peças até pelo Facebook. Não pode dar certo nunca, pois estimula o personalismo, até mesmo de gente frustrada com a atividade política mais tradicional.

O projeto é importante demais para a cidade. Numa palavra, não acredito, acho falacioso, dizer que é possível a essa altura do campeonato dar um presente maior para o Recife, com novas alterações no projeto imobiliário Novo Recife. Torço para estar equivocado. E desejo boa sorte ao prefeito Geraldo Julio.

Assunto: Em nota oficial, Consórcio Novo Recife lembra ao prefeito Geraldo Julio cumprimento da ordem jurídica	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 03/06/2014
Editoria:	Seção:



Em nota oficial, Consórcio Novo Recife lembra ao prefeito Geraldo Julio cumprimento da ordem jurídica

O Consórcio Novo Recife sempre esteve aberto ao diálogo e cumpriu, como cumprirá, os requisitos legais para a continuidade da obra. O Novo Recife ressalta que acredita na ordem jurídica vigente e no respeito ao seu cumprimento.

No caso da decisão da suspensão do alvará de demolição, noticiada pela imprensa, o consórcio vai esperar a notificação oficial da medida.

O Consórcio acredita que a obra é importante para a cidade e durante a construção do empreendimento vai gerar cerca de 24 mil empregos diretos e indiretos, além de dois mil fixos com o final da obra.